

COLEÇÃO CADERNOS TEMÁTICOS
Educação em Direitos Humanos,
Mídia e Educação Integral

MÓDULO TEMÁTICO 03

APARECIDA LUZIA ALZIRA ZUIN

EDUCOMUNICAÇÃO PELA E PARA A COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO INTEGRAL E EM DIREITOS HUMANOS

VOLUME II



APARECIDA LUZIA ALZIRA ZUIN

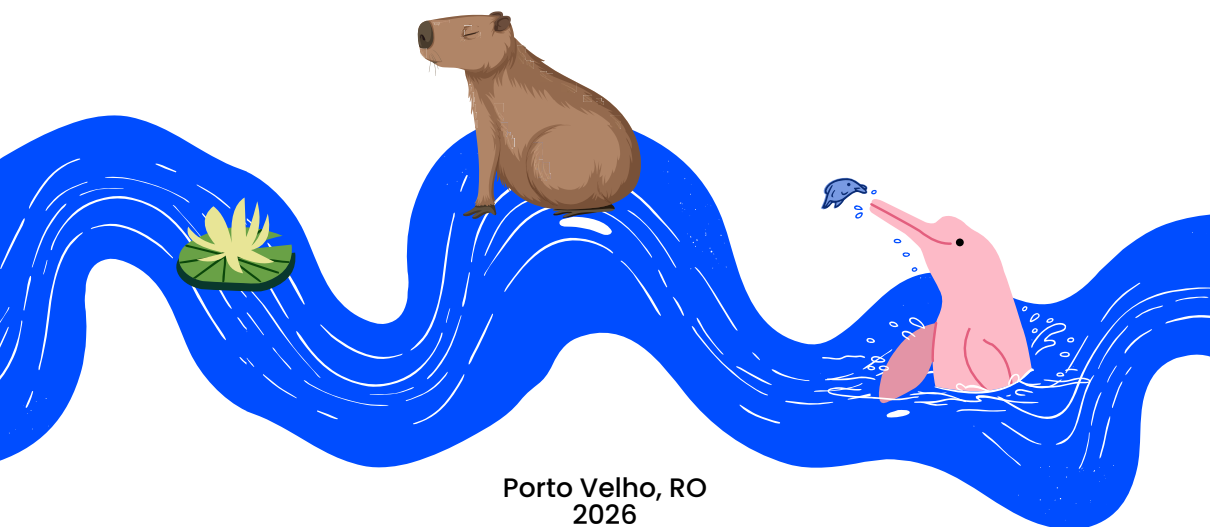
EDUCOMUNICAÇÃO PELA E PARA A COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO INTEGRAL E EM DIREITOS HUMANOS

VOLUME II

**EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS,
MÍDIA E EDUCAÇÃO INTEGRAL**
COLEÇÃO CADERNOS TEMÁTICOS

Este caderno integra o projeto **Educação em Direitos Humanos, Mídia e Educação Integral**, desenvolvido pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT) e a Universidade Federal do Pará (UFPA).

Projeto aprovado em edital da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), com financiamento da SECADI e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC).



Porto Velho, RO
2026



Realização

Fundação Universidade Federal de Rondônia

Reitora

Marília Lima Pimentel Cotinguiba

Vice-Reitor

Denny William de Oliveira Mesquita

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

José Juliano Cedaro

Pró-Reitor de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis

Daniel Delani

Pró-Reitor de Graduação

Josué José de Carvalho Filho

Pró-Reitor de Planejamento

Edson Carlos Fróes de Araújo

Pró-Reitor de Administração

Henrique Moreira dos Santos

Apoio Institucional

Universidade Federal do Tocantins

Universidade Federal do Pará

Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino,
Pesquisa e Extensão Universitária no Acre

Coordenação Geral do Projeto

Aparecida Luzia Alzira Zuin

Coordenadora Geral de Formação

Ney Cristina Monteiro de Oliveira

Supervisora Geral do Curso

Rosilene Lagares



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL
DE RONDÔNIA



DHJUS - Programa de Pós-Graduação em Direitos
Humanos e Desenvolvimento da Justiça

COMISSÃO TÉCNICA

Adaptação pedagógica e
organização editorial

Débora Mendes de Sousa Gemelli
Thaís Bombardelli

Revisão de texto

Luana Gomes Pagung

Normalização bibliográfica

Rejane Sales de Lima Paula

Projeto gráfico e diagramação

Natalia Oliveira Bicca



É permitida a reprodução total ou parcial deste material, desde que citada a fonte.

Esta obra está licenciada sob licença Creative Commons (CC BY-NC-SA).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Z94e

Zuin, Aparecida Luzia Alzira.

Educomunicação pela e para a comunicação na educação integral e em direitos humanos / Aparecida Luzia Alzira Zuin. -- Porto Velho, RO, 2026.

63 p. : il. color. (Coleção cadernos temáticos : educação em direitos humanos, mídia e educação integral ; Módulo 3, volume 2).

Formato: *E-book*

Disponível em: <https://dhjus.unir.br>

ISBN 978-65-02-16501-0 (digital)

1. Educomunicação. 2. Educação integral. 3. Mediação pedagógica. I. Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) - DHJUS. II. Zuin, Aparecida Luzia Alzira. III. Título.

CDU 37:004

SUMÁRIO



Apresentação 6

01 Comunicação como direito humano: fundamentos e histórico 8

1.1 Da informação à comunicação: uma distinção necessária 9

1.2 Marcos normativos do direito à comunicação no Brasil 12

02 Revolução da Informação e Sociedade em Rede 16

2.1 Como as pessoas se informam hoje? 18

2.2 Impactos na democracia e nos direitos humanos 20

03 Cibercultura, Dromocracia e o tempo que nos escapa 23

3.1 Tecnosfera, Psicosfera e Dromoesfera 25

3.2 O sujeito na era dromocrática: tempo, espaço e corpo 30

04 Educomunicação: conceito, bases teóricas e o educador 32

4.1 Raízes latino-americanas e trajetória no Brasil 33

4.2 Quem é e o que faz o educador? 37

05 Educomunicação como metodologia: ecossistemas comunicativos na escola 40

5.1 Práticas e estratégias pedagógicas: refletir as mídias na era democrática 41

5.2 Conexão entre Educação Integral e Direitos Humanos 45

06 Considerações que nos movem 48

Referências 51

Sugestão de leitura 56

Equipe do projeto 60

APRESENTAÇÃO

Você tem em mãos o segundo volume do Caderno Temático de Educomunicação e Direitos Humanos. Ele nasce de um desejo simples e, ao mesmo tempo, urgente: oferecer às professoras, aos professores, aos educadores sociais e a todos os cursistas ferramentas teóricas e práticas para pensar — e agir — diante do mundo que nos cerca.

Vivemos em uma época em que a informação circula na velocidade de um clique, em que uma notícia falsa pode se espalhar mais rápido do que a verdade, e em que crianças e jovens constroem suas identidades tanto no espaço físico da escola quanto no espaço digital das redes sociais. Diante desse cenário, a Educomunicação não é um luxo: é uma necessidade.

Este caderno é organizado em cinco grandes seções que se articulam e se complementam. Começamos refletindo sobre o direito à comunicação como direito humano fundamental, avançamos para compreender as transformações trazidas pela



Revolução da Informação, exploramos o conceito de “Cibercultura” e “Dromocracia” — a cultura da velocidade —, discutimos as bases teóricas e o perfil do educador e, por fim, apresentamos a Educomunicação como metodologia capaz de transformar a escola em um ecossistema comunicativo vivo, participativo e democrático.

“Educar para a comunicação é formar sujeitos capazes de compreender, participar e transformar o mundo em que vivem”. Pense: sua escola é um espaço onde as vozes de todos os estudantes são ouvidas? Quem produz os sentidos que circulam nela?

A linguagem que escolhemos para este caderno é direta, acolhedora e, ao mesmo tempo, rigorosa. Queremos que você, ao final de cada seção, sinta que aprendeu algo novo — e que esse aprendizado faz sentido para a sua realidade profissional e para o território em que você atua.

Boa leitura. Boa reflexão. E boa prática!



COMUNICAÇÃO COMO DIREITO HUMANO: FUNDAMENTOS E HISTÓRICO



Quando falamos em comunicação, é natural que a primeira imagem que nos venha à mente seja a de uma conversa, uma postagem nas redes sociais ou uma notícia no jornal. Mas a comunicação é muito mais do que isso: ela é uma condição fundamental da vida humana em sociedade. É por meio da comunicação que construímos sentidos, estabelecemos vínculos, exercemos a cidadania e reivindicamos nossos direitos.

CONCEITO CENTRAL

Comunicação Social designa o caráter específico das relações humanas baseadas em participação recíproca, interação, comunhão consciente, transação recíproca e prática conjunta. Não é transmissão de mensagem: é ação entre nós.

1.1 DA INFORMAÇÃO À COMUNICAÇÃO: UMA DISTINÇÃO NECESSÁRIA

É comum confundirmos “informação” e “comunicação” como se fossem a mesma coisa. Mas há uma



diferença importante entre elas, e compreendê-la é o primeiro passo para entender a Educomunicação.

O direito à informação é um direito humano fundamental que garante a todas as pessoas o acesso a informações de interesse público, bem como o direito de buscar, receber e difundir informações sem interferências indevidas. Já o direito à comunicação vai além: ele assegura não apenas o acesso ao conteúdo informacional, mas a possibilidade de produzir, expressar, compartilhar e participar ativamente dos processos comunicativos na sociedade.

Em outras palavras: ter acesso à informação é poder ler o jornal; ter direito à comunicação é poder escrever no jornal — e ser ouvido.

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras. (ONU, Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, Art. 19)

A distinção entre informação e comunicação também aparece na teoria social. Jürgen Habermas (2003), filósofo alemão, desenvolveu o conceito de ação comunicativa para descrever aquelas interações humanas orientadas pelo entendimento mútuo, pelo diálogo e pela cooperação — em oposição à ação instrumental, que é movida apenas pela eficiência e pelo controle. Para Habermas (2003), uma sociedade saudável precisa preservar o “mundo da vida” — o espaço das relações humanas autênticas, da solidariedade e da comunicação genuína — contra a colonização pelo “mundo sistêmico”, dominado pela lógica do mercado e do poder.

Esse debate é fundamental para a Educomunicação: quando a escola se transforma em um espaço apenas de transmissão de conteúdos, ela perde sua função comunicativa. Quando ela se abre para o diálogo, a escuta e a participação, ela se aproxima da ação comunicativa que Habermas (2003) defendia.



PARA REFLETIR

Na sua escola ou comunidade, quem tem voz? Quem produz a comunicação e quem apenas a recebe? Como seria possível ampliar os espaços de participação comunicativa para estudantes e famílias? Na sua escola ou comunidade, quem tem voz? Quem produz a comunicação e quem apenas a recebe? Como seria possível ampliar os espaços de participação comunicativa para estudantes e famílias?

1.2 MARCOS NORMATIVOS DO DIREITO À COMUNICAÇÃO NO BRASIL

O direito à comunicação possui uma trajetória histórica que vale conhecer. Em 1946, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Resolução 59, reconhecendo a liberdade de informação como um direito humano fundamental. Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos consagrou esse direito em seu Artigo 19.

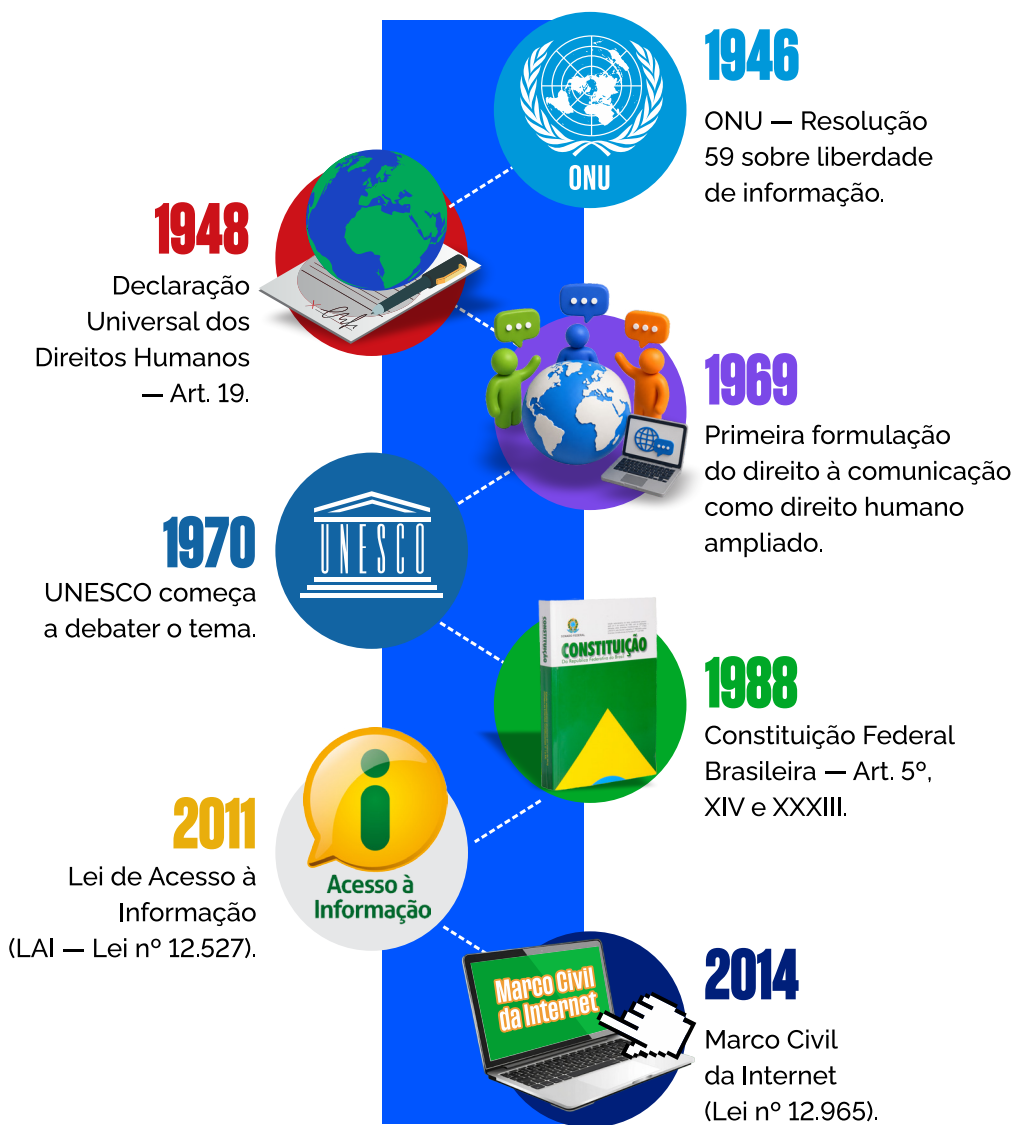


No Brasil, o fortalecimento do direito à informação e à comunicação avançou especialmente com a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), que assegurou o acesso à informação (art. 5º, incisos XIV e XXXIII) e a publicidade dos atos públicos. Posteriormente, a Lei nº 12.527/2011 (Brasil, 2011) — Lei de Acesso à Informação (LAI) — estabeleceu mecanismos concretos para garantir esse direito.

Outro marco fundamental é a Lei nº 12.965/2014 (Brasil, 2014) — o Marco Civil da Internet —, que regula o uso da internet no Brasil com base em princípios, garantias, direitos e deveres para usuários, plataformas e o Estado. É uma legislação pioneira no mundo e expressa uma concepção de internet como espaço público de exercício da cidadania.



Figura 1 – Linha do Tempo sobre o Direito à Informação e o Direito à Comunicação.



Fonte: Elaborado pela Comissão Técnica (2026).

Toda essa trajetória normativa revela que o direito à comunicação não surgiu pronto: ele foi conquistado historicamente, por meio de lutas sociais, pressões de movimentos civis e avanços democráticos. Conhecer essa história é parte essencial da formação do educador.

REVOLUÇÃO DA INFORMAÇÃO E SOCIEDADE EM REDE

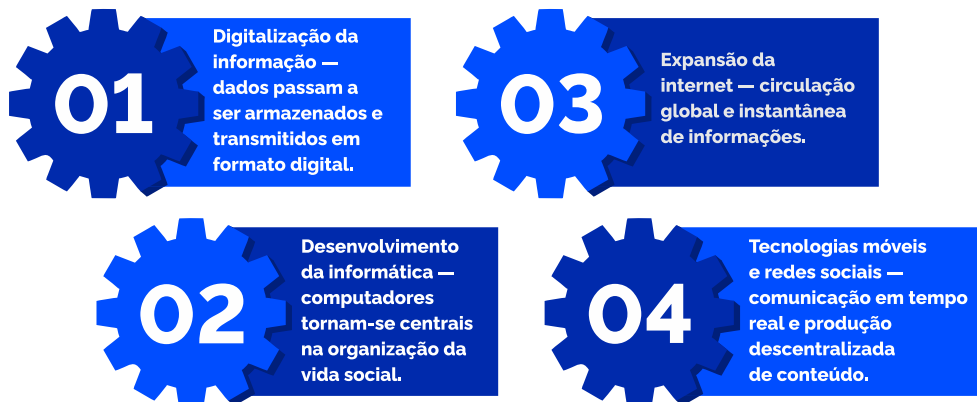


02

A partir da segunda metade do século XX, o mundo passou por uma das maiores transformações de sua história: a Revolução da Informação. Iniciada especialmente entre as décadas de 1970 e 1990, com o avanço das tecnologias digitais, ela se intensificou no final do século XX e início do século XXI com a expansão da internet e das redes sociais.

Essa revolução teve origem nos países industrializados — Estados Unidos (Vale do Silício), Europa Ocidental e Japão —, mas rapidamente se expandiu em escala global, transformando as sociedades em todo o mundo, inclusive no Brasil.

Figura 2 – As quatro engrenagens da Revolução da Informação.



Fonte: Elaborado pela Comissão Técnica (2026).



2.1 COMO AS PESSOAS SE INFORMAM HOJE?

Uma das perguntas mais importantes para quem trabalha com Educomunicação é: de onde vêm as informações que chegam até as pessoas? A resposta, no Brasil de hoje, é reveladora — e preocupante.

Pesquisas recentes mostram que o *WhatsApp* é a principal fonte de informação dos brasileiros: 79% dos entrevistados afirmam receber notícias regularmente pela plataforma. Em seguida aparecem a televisão (50%), o *YouTube* (49%), o *Facebook* (44%), sites de notícias (38%) e o *Instagram* (30%).

Dados da pesquisa *Desigualdades Informativas 2024* (Aláfia Lab, 2025) revelam que mais da metade da população brasileira (51,6%) utiliza as redes sociais para se informar, empatando com a televisão (49,6%). Esses dados se alinham ao *Digital News Report 2024*, do *Reuters Institute* (2024), que aponta 51% dos brasileiros se informando por redes sociais e 50% pela TV.



DADO PARA PROVOCAR REFLEXÃO

O Brasil é o 3º maior mercado de mídias sociais do mundo, atrás apenas de China e Índia. O WhatsApp tem 99% de adoção pelos brasileiros com acesso à internet. E os brasileiros ficam on-line em média 9 horas e 32 minutos por dia. O que isso significa para a escola? Para a democracia? Para os direitos humanos?

O que esses dados revelam é um cenário complexo: a maioria das pessoas combina redes sociais com outras fontes de informação, mas as redes já são a porta de entrada principal da informação para mais da metade do país — e a desconfiança na mídia tradicional cresce. Isso significa que o filtro crítico sobre o que circula nas redes é cada vez mais fraco e cada vez mais necessário.

Esse é exatamente o argumento central para defender a Educomunicação na escola: não se trata de proibir o uso das redes, mas de formar sujeitos capazes de ler criticamente o que circula nelas.

PARA PENSAR COM SEUS ESTUDANTES

Proponha uma enquete rápida na sua turma: "Onde você viu a última notícia importante?" Registre as respostas e abra uma roda de conversa sobre confiabilidade das fontes, verificação de informações e responsabilidade ao compartilhar.

2.2 IMPACTOS NA DEMOCRACIA E NOS DIREITOS HUMANOS

A Revolução da Informação trouxe avanços extraordinários: ampliou o acesso ao conhecimento, acelerou a comunicação entre culturas diferentes e criou novas formas de organização social e política. Movimentos como as Primaveras Árabes, as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil e muitas outras mobilizações globais mostraram o potencial das redes digitais.

Mas a mesma tecnologia que conecta e informa também fragmenta, manipula e desinforma. A velocidade com que as informações circulam favorece a superficialidade: as pessoas reagem a manchetes sem ler as matérias completas, compartilham notícias falsas sem verificá-las e constroem suas opiniões a partir de bolhas informativas que reforçam apenas o que já pensam.

Para a democracia, isso é um problema grave. A democracia não é apenas um sistema de votos: ela exige tempo para debater, espaço para ouvir o outro e capacidade de distinguir o verdadeiro do falso. Quando a velocidade da informação supera a capacidade de reflexão, o que temos não é mais democracia plena — é aquilo que Eugênio Trivinho (2007) chama de dromocracia cibercultural, conceito que exploraremos na próxima seção.

Do ponto de vista dos direitos humanos, os impactos também são profundos. O direito à privacidade, o direito à não discriminação, o direito à

participação política — todos eles são desafiados pela dinâmica das plataformas digitais, que coletam dados pessoais, amplificam discursos de ódio e excluem populações sem acesso à internet da participação social e política.

**CIBERCULTURA,
DROMOCRACIA E O
TEMPO QUE NOS
ESCAPA**



03

Para entender o mundo em que vivemos e os desafios que ele coloca para a educação e para os direitos humanos, precisamos compreender dois conceitos fundamentais: cibercultura e dromocracia. Eles nos ajudam a dar nome a algo que sentimos no cotidiano, mas nem sempre conseguimos articular.

O QUE É CIBERCULTURA?

A cibercultura é a configuração social e histórica contemporânea marcada pelo uso intensivo das tecnologias digitais em rede. É a cultura do nosso tempo: a forma como vivemos, nos relacionamos, produzimos, consumimos e nos informamos na era da internet. O filósofo Pierre Lévy (1999) é um dos principais pensadores desse conceito.

3.1 TECNOSFERA, PSICOSFERA E DROMOESFERA

Para compreender como a tecnologia transforma não apenas nossas ferramentas, mas também nosso modo de pensar e sentir, o geógrafo Milton Santos (1994; 1996) desenvolveu um par conceitual muito útil: Tecnosfera e Psicosfera.

Figura 3 – Psicoesfera e Tecnoesfera.

Psicoesfera. Tecnoesfera

◆ Para entender:

O que é informação, qual a relação dela com as dinâmicas do território e que permite caracterizá-la, no período atual, como variável-chave na formulação da democracia?

◆ Para analisar esta questão, Milton Santos (1994; 1996) idealizou o par conceitual

◆ TECNOSFERA - PSICOSFERA

◆ Enquanto a **TECNOSFERA** seria dada pelo conjunto de objetos técnicos implantados nos lugares (e que, no período da globalização, funcionam em integração direta com os objetos técnicos de outros lugares),

◆ a **PSICOSFERA** seria "o reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido [...] fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário" (SANTOS, 1996, p. 204).

◆ SANTOS, Milton. *Técnica, espaço e tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

Fonte: Elaborada pela autora (2026) com base em Santos (1994; 1996).

A Tecnosfera é o conjunto de objetos técnicos implantados nos territórios — os aparelhos, as redes de comunicação, as infraestruturas digitais. No período da globalização, esses objetos funcionam em integração com outros objetos técnicos espalhados pelo planeta.

A Psicosfera, por sua vez, é o reino das ideias, das crenças, das paixões e da produção de sentidos. É ela que “fornece regras à racionalidade ou estimula o imaginário” (Santos, 1996, p. 204). Em outras palavras: a Tecnosfera transforma o ambiente físico; a Psicosfera transforma o ambiente mental e cultural.

A esses dois conceitos, Eugênio Trivinho (2007) acrescenta um terceiro: a Dromoesfera — o ambiente produzido pela velocidade tecnológica. A Dromoesfera nomeia o regime invisível da velocidade como epicentro da vida contemporânea. É ela que organiza nosso tempo, nosso espaço e nosso corpo de formas que nem sempre percebemos.

EXERCÍCIO DE PERCEPÇÃO

Observe sua própria rotina por um dia. Quantas vezes você verificou o celular? Quantas vezes agiu por impulso, movido pela velocidade — respondeu a uma mensagem sem pensar, compartilhou algo sem verificar, tomou uma decisão rapidamente por medo de “perder” algo? Isso é a Dromoesfera atuando sobre você.

O conceito de dromocracia — cunhado pelo filósofo francês Paul Virilio (1996) na obra *Velocidade e Política* — parte do prefixo grego dromos, que significa rapidez. A dromocracia é, portanto, o governo da velocidade: um regime em que quem é mais rápido tem mais poder, mais visibilidade, mais influência.

Figura 4 – Teoria da Comunicação e Semiótica



Fonte: Elaborada pela Comissão Técnica com base em informações da autora (2026).

Eugênio Trivinho (2007) desenvolve esse conceito para o contexto contemporâneo, formulando a ideia de dromocracia cibercultural: o nome de nossa época, a fase planetária do capitalismo articulado pela velocidade das redes digitais e da glocalização da economia.

Figura 5 – Categoria do Glocal na era dromocrática.



Fonte: Elaborada pela Comissão Técnica com base em informações da autora (2026).

DEMOCRACIA VS. DROMOCRACIA

A democracia precisa de tempo: tempo para debater, ouvir, deliberar e decidir coletivamente.

A dromocracia, ao contrário, privilegia a velocidade, o impacto imediato e a reação emocional. Quando a lógica da dromocracia invade a política, o que acontece com a participação democrática? O que acontece com os direitos humanos?

3.2 O SUJEITO NA ERA DROMOCRÁTICA: TEMPO, ESPAÇO E CORPO

A cultura dromocrática afeta não apenas o tempo e o espaço, mas também o próprio corpo humano. Zuin¹ (2018) propõe quatro categorias fundamentais com base nos estudos da cultura dromocrática proposta por Virilio (1996) e Trivinho (2007): Tempo (cronológico versus instantâneo), Espaço (físico-real versus imagético-virtual), Corpo Matérico-Físico e Corpo Pixel.

O conceito criado por Zuin (2018), Corpo Pixel é especialmente instigante: assim como um pixel é o menor elemento de uma imagem digital — e o conjunto de pixels forma a imagem inteira —, o “corpo pixel” é a representação digital do sujeito nas redes. É o perfil, o avatar, a imagem construída para o ambiente virtual.

Vivemos, portanto, uma dupla existência: temos um corpo físico que sente fome, cansaço e afeto, e

¹Artigo completo em: ZUIN, Aparecida Luzia Alzira (org.). Cidadão-Pixel: o direito à democracia na sociedade digital. O desafio do direito na era da liberdade de expressão no espaço nem local nem global. Curitiba: Appris Editora, 2018.

temos um corpo pixel que acumula seguidores, curtidas e menções. Essa dualidade cria tensões profundas, especialmente para crianças e adolescentes, que constroem sua identidade navegando entre esses dois mundos.

A escola que não reconhece essa realidade perde uma oportunidade enorme de dialogar com os estudantes sobre quem são, o que publicam, o que consomem e o que desejam. A Educomunicação entra justamente aqui: para ajudar o sujeito a habitar conscientemente tanto o espaço físico quanto o digital, sem se perder em nenhum dos dois.

GLOCALIZAÇÃO E O COTIDIANO ESCOLAR

O conceito de “glocal” — fusão de global e local — captura bem a dinâmica atual: conteúdos produzidos em qualquer parte do mundo chegam instantaneamente ao território local, moldando crenças, comportamentos e identidades. A escola é um dos poucos espaços em que o global pode ser problematizado à luz do local — da cultura, da história e das necessidades do território em que cada estudante vive.

EDUCOMUNICAÇÃO: CONCEITO, BASES TEÓRICAS E O EDUCOMUNICADOR



04

A Educomunicação é o campo teórico e prático que articula Educação e Comunicação em uma perspectiva crítica, dialógica e emancipatória. Não se trata de simplesmente usar tecnologias em sala de aula, nem de ensinar jornalismo para estudantes: a Educomunicação é uma filosofia de educação que coloca a comunicação como princípio pedagógico.

No Brasil e na América Latina, esse campo se desenvolveu com força a partir das décadas de 1980 e 1990, inspirado tanto pelas práticas de educação popular quanto pelos debates sobre comunicação alternativa e direito à comunicação. Sua consolidação acadêmica e política se deu nos anos 2000, com o surgimento de políticas públicas, pesquisas universitárias e experiências escolares inovadoras.

4.1 RAÍZES LATINO-AMERICANAS E TRAJETÓRIA NO BRASIL

A Educomunicação, como campo, carrega as marcas de um contexto específico: o da América

Latina do século XX, marcado por desigualdades, ditaduras, lutas por democracia e movimentos de comunicação popular. Não é por acaso que os principais pensadores que fundamentam esse campo são latino-americanos ou dialogam profundamente com a realidade da região.

Paulo Freire (1983), o mais internacionalmente reconhecido deles, ensinou que educação e comunicação são inseparáveis. Em sua obra *Extensão ou Comunicação?*, argumenta que o ato educativo genuíno não é transmissão, mas diálogo: uma troca em que educador e educando constroem conhecimento juntos. Essa perspectiva dialógica é a espinha dorsal da Educomunicação.

Jesús Martín-Barbero (2009), pensador colombiano, contribuiu com a ideia de mediações culturais: a comunicação não acontece apenas nos meios, mas nas práticas culturais cotidianas das pessoas. Mario Kaplún (2014), uruguaio, desenvolveu modelos de comunicação participativa e popular, valorizando o

protagonismo dos sujeitos no processo comunicativo.

No Brasil, Ismar de Oliveira Soares (2011) é o principal responsável pela consolidação do conceito de Educomunicação como campo acadêmico e profissional, especialmente a partir do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da Universidade de São Paulo (USP). Soares defende a criação de ecossistemas comunicativos nas escolas — ambientes em que a comunicação é princípio organizador de toda a vida escolar.

PRINCIPAIS REFERENCIAIS TEÓRICOS:

- ◆ Paulo Freire (1983; 2011): educação dialógica e comunicação como prática libertadora.
- ◆ Ismar de Oliveira Soares (2011): ecossistemas comunicativos e consolidação do campo.
- ◆ Jesús Martín-Barbero (2009): mediações culturais e comunicação como processo cultural.

- ◆ Mario Kaplún (2014): comunicação popular e protagonismo dos sujeitos.
- ◆ Cecilia Peruzzo (1998): comunicação comunitária e cidadania.
- ◆ Maria Aparecida Baccega (2002): mídia, linguagem e formação crítica.
- ◆ Rosa Maria Bueno Fischer (1996): mídia, educação e subjetividade.

No Brasil, a Educomunicação também dialogou com experiências de comunicação comunitárias, rádios livres, televisões universitárias e jornais escolares — práticas que revelavam que a comunicação, quando nas mãos dos próprios sujeitos, tem potencial transformador.

ATIVIDADE PROPOSTA

Pesquise uma experiência de Educomunicação desenvolvida em uma escola pública brasileira. Identifique: qual era o problema ou necessidade que motivou a experiência? Que mídias ou linguagens foram utilizadas? Quais foram os resultados observados para os estudantes e para a comunidade escolar?

4.1 QUEM É E O QUE FAZ O EDUCOMUNICADOR?

O educ comunicador é o profissional que atua na interface entre educação e comunicação, promovendo processos educativos baseados no diálogo, na participação e no uso crítico das mídias, com foco na formação cidadã. Mas essa definição, por mais precisa que seja, ganha vida quando pensamos concretamente em quem pode ocupar esse papel.

E a resposta é ampla e democrática: podem ser educ comunicadores os professores e professoras de

qualquer disciplina, gestores escolares, comunicadores, educadores sociais, estudantes em processos de protagonismo juvenil — enfim, qualquer sujeito que atue promovendo comunicação crítica e participativa em seu espaço de atuação.

O QUE O EDUCOMUNICADOR FAZ – NA PRÁTICA

- ◆ Transforma informação em conhecimento crítico.
- ◆ Promove o uso pedagógico das mídias.
- ◆ Fortalece o protagonismo estudantil.
- ◆ Estimula o pensamento crítico sobre os meios e as mensagens.
- ◆ Garante o direito à comunicação no espaço escolar.
- ◆ Contribui para a educação em direitos humanos e cidadania.

Há uma distinção fundamental que caracteriza a identidade do educador: ele ou ela não transmite conteúdos — cria condições para que sujeitos se expressem, participem e transformem a realidade. Essa inversão de posição é profunda: em vez de ser a fonte do saber, o educador é o facilitador do processo comunicativo.

VOCÊ JÁ É UM EDUCADOR?

Pense em situações da sua prática profissional em que você criou espaços para que estudantes ou comunidades se expressassem, produzissem sentidos ou participassem de decisões. Você não precisa de um título específico para ser educador — precisa de uma postura dialógica e do compromisso com o direito à comunicação.

**EDUCOMUNICAÇÃO
COMO METODOLOGIA:
ECOSSISTEMAS
COMUNICATIVOS NA
ESCOLA**



05

A Educomunicação não é apenas um campo teórico: ela é uma metodologia — um modo de organizar os processos educativos que tem consequências concretas para a sala de aula, para a gestão escolar e para as relações com a comunidade. Nesta seção, exploramos como esse campo se traduz em prática pedagógica e como ele se articula com a Educação Integral e com os Direitos Humanos.

5.1 PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS: REFLETIR AS MÍDIAS NA ERA DROMOCRÁTICA

Uma escola educomunicativa não é aquela que tem laboratório de informática ou que usa redes sociais para comunicar eventos. É aquela em que a comunicação é um princípio que atravessa todas as práticas pedagógicas e as relações entre todos os sujeitos da comunidade escolar. Assim, passa a ser o ambiente de ecossistema comunicativo. Um ecossistema é um sistema vivo, em que todos os elementos estão em relação: ar, água, solo, plantas, animais.

Em uma escola educomunicativa, todos os sujeitos — estudantes, professores, gestores, funcionários, famílias — estão em relação comunicativa: dialogam, produzem, escutam, decidem juntos.

Na prática, isso se traduz em estratégias como:

- ◆ Rádio escolar: espaço de expressão, informação e protagonismo estudantil;
- ◆ Jornal escolar ou blog coletivo: exercício de pesquisa, escrita e responsabilidade informativa;
- ◆ Produção de vídeos e podcasts: linguagem audiovisual como ferramenta pedagógica;
- ◆ Rodas de conversa mediadas: espaço de escuta, diálogo e construção coletiva de sentidos;
- ◆ Leitura crítica de mídias: análise de notícias, publicidade, redes sociais e fake news;

- ◆ Fóruns e assembleias estudantis: participação na gestão e nas decisões da escola;
- ◆ Projetos de comunicação comunitária: conexão entre escola e território.

PROPOSTA DE ATIVIDADE: MAPA DA COMUNICAÇÃO ESCOLAR

Faça um levantamento de todos os espaços e instrumentos de comunicação existentes na sua escola: murais, *WhatsApp* de turmas, reuniões, assembleias, redes sociais institucionais, etc. Em seguida, identifique: quem fala? Quem é ouvido? Quem decide o que é comunicado? Esse mapa revela muito sobre o ecossistema comunicativo da sua escola — e os espaços que podem ser ampliados.

A metodologia educomunicativa também dialoga com o conceito de *Teoria da Ação Comunicativa* de Habermas (2012): em uma escola educomunicativa, buscamos criar condições para a

ação comunicativa — aquela orientada pelo entendimento mútuo, pela cooperação e pela solidariedade — e resistimos à colonização do espaço escolar pela lógica instrumental do mercado, da eficiência e da competição.

Figura 6 – Teoria da ação comunicativa



Fonte: Elaborada pela Comissão Técnica com base em informações da autora (2026).

5.2 CONEXÃO ENTRE EDUCAÇÃO INTEGRAL E DIREITOS HUMANOS

A conexão entre Educomunicação, Educação Integral e Educação em Direitos Humanos não é acidental: ela é constitutiva. As três perspectivas partem do mesmo pressuposto: que o ser humano é um sujeito integral — social, cultural, afetivo, político — e que a educação deve dar conta dessa integralidade.

A Educação Integral supera a ideia de que educar é apenas transmitir conteúdos curriculares. Ela entende que o tempo, o espaço e as relações escolares são dimensões educativas fundamentais. A Educação em Direitos Humanos parte do princípio de que os direitos não são apenas conteúdos a serem ensinados, mas valores a serem vividos nas práticas cotidianas da escola.

A Educomunicação articula essas duas perspectivas ao transformar a comunicação em um

direito vivido na escola: o direito de se expressar, de ser ouvido, de produzir cultura, de participar das decisões que afetam a vida coletiva.

A CONEXÃO CENTRAL

Direitos Humanos + Educação + Comunicação = Educomunicação.

Esses três campos não estão justapostos: eles se articulam em um projeto comum de formação de sujeitos críticos, participativos e comprometidos com a transformação social.

Do ponto de vista dos desafios contemporâneos — a cultura dromocrática, a desinformação, as bolhas digitais, os discursos de ódio nas redes —, a Educomunicação na perspectiva dos Direitos Humanos responde com uma proposta clara: não basta ensinar a usar as tecnologias. É preciso formar

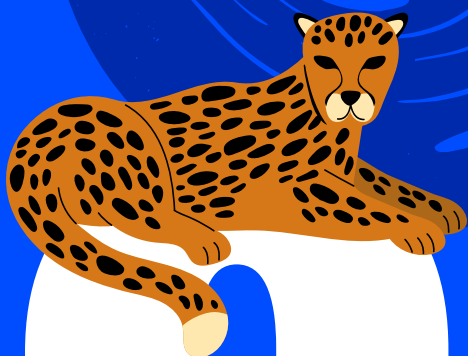
sujeitos que as usem com consciência, com responsabilidade e com compromisso ético.

Isso significa que a escola tem um papel insubstituível: ser o espaço onde a velocidade cede lugar à reflexão, onde a superficialidade cede lugar à profundidade, onde o consumo de informação cede lugar à produção de conhecimento. Não é pouco. É muito. E é urgente.

O GRANDE DESAFIO PARA A ESCOLA NA ERA DROMOCRÁTICA

Como a escola pode ser um espaço de desaceleração reflexiva em um mundo que se move na velocidade da luz? Como formar sujeitos capazes de pausar, questionar e escolher, em vez de apenas reagir ao fluxo ininterrupto de informações? Essas perguntas não têm respostas prontas — mas a Educomunicação nos oferece ferramentas para construí-las coletivamente.

CONSIDERAÇÕES QUE NOS MOVEM



06

Chegamos ao final deste segundo volume do *Caderno Temático de Educomunicação e Direitos Humanos* com mais perguntas do que respostas. E isso é intencional: a Educomunicação não é um conjunto de técnicas prontas para aplicar, mas uma postura diante do mundo — uma postura de escuta, de diálogo, de questionamento e de comprometimento com a transformação social.

Ao longo destas páginas, percorremos um caminho que começou nos fundamentos do direito à comunicação, passou pela compreensão da Revolução da Informação e da cultura dromocrática, e chegou às práticas concretas da Educomunicação como metodologia pedagógica. Em cada passo desse caminho, tentamos mostrar que teoria e prática não se separam: toda prática é orientada por uma teoria, mesmo que não a enunciemos explicitamente.

O que move a Educomunicação é a crença — fundamentada teoricamente e comprovada

pela prática — de que sujeitos que aprendem a se comunicar de forma crítica, ética e participativa são sujeitos mais livres, mais conscientes e mais capazes de reivindicar e exercer seus direitos.

Em um mundo marcado pela velocidade, pela desinformação e pela desigualdade no acesso à comunicação, a escola tem uma responsabilidade histórica: ser o espaço onde a democracia é praticada, onde os direitos humanos são vividos e onde a comunicação é um bem coletivo, não um privilégio.

Que este caderno seja, para você, um ponto de partida — ou de aprofundamento — nessa jornada. Que as perguntas que ele levanta encontrem, na sua prática cotidiana, as respostas que só cada contexto e cada comunidade podem construir.

Seguimos em movimento. Seguimos em diálogo.

REFERÊNCIAS

ALÁFIA LAB. **Desigualdades Informativas:**

Entendendo os caminhos informativos dos
brasileiros na internet 2024. Salvador: Aláfia

Lab, 2025. Disponível em: <https://alafialab.org/wp-content/uploads/2025/05/Desigualdades-informativas-2024.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2026.

BACCEGA, Maria Aparecida. Comunicação/educação:
aproximações. In: BACCEGA, Maria Aparecida (org.).

Gestão de processos comunicacionais. São Paulo:
Atlas, 2002.

BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da
República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF:
Presidência da República, [2026]. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 jan. 2026.

BRASIL. Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011.
Regula o acesso a informações previsto no inciso

XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, 1 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 18 mar. 2026.

BRASIL. Lei n.º 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil [Marco Civil da Internet]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, 24. abr. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 18 mar. 2026.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Adolescência em discurso**: mídia e produção de subjetividade. 1996. 300 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do

Sul, Porto Alegre, 1996. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/10281>. Acesso em: 01 jun. 2026.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. 7.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**: racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

KAPLÚN, Mario. Uma pedagogia da comunicação. *In*: APARICI, Roberto (org.). **Educomunicação**: para além do 2.0. São Paulo: Paulinas, 2014.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU).

Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Paris: ONU, 1948. Disponível em: https://e4k4c4x9.delivery.rocketcdn.me/pt/wp-content/uploads/sites/9/2023/10/PT-UDHR-v2023_web.pdf. Acesso em: 16 fev. 2026.

PERUZZO, Cecília Krohling. **Comunicação nos movimentos populares:** a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

REUTERS INSTITUTE. **Digital News Report 2024.**

Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2024.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo:**
globalização e meio técnico-científico informacional.
São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e
tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação:** o
conceito, o profissional, a aplicação. São Paulo:
Paulinas, 2011.

TRIVINHO, Eugênio. **A dromocracia cibercultural:**
lógica da vida humana na civilização mediática
avançada. São Paulo: Paulus, 2007.

VIRILIO, Paul. **Velocidade e política.** São Paulo:
Estação Liberdade, 1996.

ZUIN, Aparecida Luzia Alzira (org.). **Cidadão-Pixel:** o
direito à democracia na sociedade digital. O desafio
do direito na era da liberdade de expressão no espaço
nem local nem global. Curitiba: Appris Editora, 2018.

SUGESTÕES DE LEITURA

Para aprofundar os temas trabalhados neste Caderno, indicamos as seguintes obras e recursos:

Educomunicação — introdução e fundamentos

APARICI, Roberto (org.). **Educomunicação**: para além do 2.0. São Paulo: Paulinas, 2014. [Coletânea internacional com perspectivas diversas sobre a articulação entre educação e comunicação na era digital.]

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação**: o conceito, o profissional, a aplicação. São Paulo: Paulinas, 2011. [Obra de referência para quem quer compreender o campo de forma abrangente.]

Mídia, democracia e direitos humanos

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MORAES, Dênis de (org.). **Mídia, poder e contrapoder:** da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

Cibercultura e sociedade digital

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999. [Obra clássica para compreender a emergência do espaço virtual e a cultura digital.]

TRIVINHO, Eugênio. **A dromocracia cibercultural:** lógica da vida humana na civilização mediática avançada. São Paulo: Paulus, 2007. [Leitura essencial para compreender os conceitos de dromocracia e dromoesfera.]

Educação, diálogo e transformação social

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. [Fundamental para compreender a base freireana da Educomunicação.]

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

Recursos on-line recomendados:

- Núcleo de Comunicação e Educação da USP (NCE-USP): www.usp.br/nce
- Intercom — Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação: www.intercom.org.br
- Reuters Institute Digital News Report (anual): reutersinstitute.politics.ox.ac.uk
- Portal ECA-USP: www.eca.usp.br
- Programa Mais Educação — MEC: portal.mec.gov.br

CONVITE À PESQUISA

Além das leituras indicadas, convidamos você a explorar experiências de Educomunicação desenvolvidas em sua região. O conhecimento produzido no Norte do Brasil tem especificidades e riquezas que as obras nacionais e internacionais nem sempre capturam. Compartilhe suas descobertas com colegas cursistas!

EQUIPE DO PROJETO

A realização do projeto **Educação em Direitos Humanos, Mídia e Educação Integral** só foi possível graças ao trabalho coletivo de profissionais de diferentes instituições, cujas contribuições foram fundamentais para a construção e o desenvolvimento desta iniciativa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)

Coordenação

Aparecida Luzia Alzira Zuin
(*Coordenadora-Geral do Projeto
e Coordenadora Adjunta junto à
SECADI/MEC*)

Professores(as) Pesquisadores(as)

Aparecida Luzia Alzira Zuin
Mariluce Paes de Souza
Fernando Danner
Márcio Secco
Samilo Takara
Eliane Bastos
Raísa Thomaz Tavares

Tutores(as)

Adriana Vieira da Costa
Claudinei Frutuoso
Cristiane Cardoso da Silva
Franciele Gonçalves
Francisco Magalhães de Lima
Gláucia Lopes Negreiros
Gleiciane de Souza Cerqueira
Layde Lana Borges da Silva
Lucicleia Lima de Souza
Thaís Bernardes Maganhini

Design e Produção Educacional

Patrícia Rafaela Urbano Grenhas
— *Designer Gráfico*
Thaís Bombardelli — *Designer
Educacional*

Intérpretes de Libras

Camile de Oliveira
Jefferson Aires do Nascimento
Júlia Rodrigues Cardoso
Ozineide Alves Miranda Oliveira

Secretaria Executiva

Breno Veisack Lara
Cintia Adélia da Silva
Gisely Barrero Zeitz
Marcelo Wilson Ferreira Pacheco

Apoio Administrativo

Alexandre Viana da Motta Lima
Dálisson Silva da Costa
Francisco Mateus Pereira Piacá
Guilherme Campos Pereira dos Santos
Juan Irineu Silva Belline
Kasprovicz
Luanda Alves Félix Fernandes

Revisão e Tradução

Clara Luz Martins Vaz
Manuela Gomes Aragão
Maria Clara Resende
Victória Maria Pimentel Neves
Costa

Editoração de Materiais Didáticos

Débora Mendes de Sousa Gemelli
Luana Gomes Pagung
Natalia Oliveira Bicca
Rejane Sales de Lima Paula
Thaís Bombardelli
Gisely Barrero Zeitz
Marcelo Wilson Ferreira Pacheco

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)

Coordenação

Rosilene Lagares

(Supervisora Geral do Curso)

Professores(as) Pesquisadores(as)

Adaires Rodrigues de Sousa

Angela Noletto da Silva

Ítalo Bruno Paiva Gonçalves

Katia Cristina Custódio Ferreira Brito

Venícios Cassiano Linden

Tutores(as)

Angêla Sousa Silva

Celestina Maria Pereira de Souza

Diogo Teixeira de Castro Silva

Jeffirson Ramos da Silva

Jemima Barreira Gertrudes Barreira Cavalcante

Joildy Gomes Brito

Manuela Silva e Silva

Maria Raimunda Carvalho Araújo Cerqueira

Mateus Barbosa Pereira

Meire Lúcia Andrade da Silva

Meyrivane Teixeira Santos Arraes

Paulo Vinicius Santos Sulli Luduvica

Regivane Martins Ambrózio Silva

Ronaldo Muniz Silva

Vitória Moreira da Silva Barros

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)

Coordenação

Ney Cristina Monteiro de Oliveira

(Coordenadora Geral de Formação)

Professores(as) Pesquisadores(as)

Cintya da Silva Aguiar

Izete Magno Corrêa

Marcelo Wilson Ferreira Pacheco

Orlando Nobre Bezerra de Souza

Rafael Silva Costa

Tutores(as)

Carla Siqueira Moreira

Claudio Nascimento da Costa

Edinéia de Sena Silva Lopes

Eduarda de Assunção Pacheco
Elaniese do Socorro Lima da Silva
Emanuelly Letícia das Mercês Silva
Fahid da Costa Kemil
Lilia Mendes Lobato
Luana Patricia Paixão Maciel
Luane Tomé do Nascimento Sampaio
Maria do Socorro Rodrigues Rocha
Michelle Costa Tapajós
Neuzivan Lima Ávila
Rosely da Silva Costa de Oliveira
Silviane Raiol Pinheiro



EDUCAÇÃO EM
DIREITOS HUMANOS, MÍDIA E
EDUCAÇÃO INTEGRAL